

CONV 270/02

WGIV 11

NOTA

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre os Parlamentos Nacionais (Grupo IV)
Assunto:	Síntese da reunião de 11 de Setembro de 2002

1. O Grupo tomou conhecimento das exposições dos membros da Dinamarca, Finlândia, França e Suécia acerca da arquitectura dos seus sistemas nacionais de controlo e sobre a experiência adquirida desde a sua criação. Após essas intervenções, o Grupo trocou impressões sobre os requisitos considerados necessários a nível nacional para permitir um controlo parlamentar eficaz no tocante aos assuntos europeus e iniciou o debate sobre as eventuais medidas a nível europeu destinadas a fomentar a introdução de melhorias nos sistemas nacionais de controlo (este último ponto continuará a ser debatido na próxima reunião).

Sistemas nacionais de controlo actuais – Apresentação dos sistemas utilizados na Finlândia, Suécia, Dinamarca e França

2. Finlândia (cf. WD 20): semelhante a DK e S. O mecanismo de controlo dos assuntos europeus é considerado uma forma de compensar a perda de poderes legislativos do Parlamento na sequência da adesão. Segundo a Constituição, o governo é obrigado, a comunicar ao parlamento, no mais breve prazo, todos os assuntos anteriormente da competência deste, as chamadas "matérias U", que abrangem o maior número possível de questões da UE (as questões dos três pilares). O governo é também obrigado pela Constituição a informar

o parlamento, sobre qualquer outro assunto do âmbito da UE, sempre que o parlamento o solicitar ("Matérias E" – que incluem documentos consultivos, comunicações e propostas relativas a actos que constitucionalmente não são da competência do parlamento). Nas "matérias U", o parlamento delega poderes no governo que, por sua vez, o informa após as sessões do Conselho e que, além disso, é obrigado a manter o parlamento a par das alterações propostas durante o processo decisório. A posição do parlamento é definida na Comissão dos Assuntos Europeus ("Grand Committee") ou na Comissão dos Assuntos Externos, mas todo o parlamento está implicado no mecanismo de controlo, uma vez que as comissões sectoriais também analisam as propostas e enviam pareceres escritos à Comissão dos Assuntos Europeus. Para garantir um acesso mais rápido à informação, o parlamento tem um representante em Bruxelas, no edifício do Parlamento Europeu. Os deputados europeus não podem participar nas reuniões das comissões parlamentares nacionais, mas realizam-se reuniões em conjunto duas vezes por ano e os contactos entre os deputados nacionais e os deputados europeus a nível dos partidos políticos são frequentes. Aspecto importante a destacar: no Conselho, o governo finlandês exprime a posição nacional e não a posição do governo. Embora o mandato do parlamento não seja vinculativo do ponto de vista jurídico, é-o moral e politicamente e o governo tem a confiança do parlamento. Não houve, até à data, nenhuma moção de censura, pelo que o mandato do parlamento é encarado como um apoio que reforça a posição do governo no Conselho. O governo tem margem de manobra para procurar consensos, caso seja necessário, mas deverá justificá-los perante o parlamento.

3. Suécia (cf. WD 5 e 18): semelhante a DK e FIN. O governo tem a obrigação constitucional de informar o parlamento e de deliberar em conjunto com este. A Comissão dos Assuntos Europeus reúne-se uma vez por semana e mandata o governo antes das sessões do Conselho. Esse mandato é considerado vinculativo e o controlo engloba os três pilares. As comissões sectoriais/permanentes são obrigadas a acompanhar as actividades da UE no respectivo domínio e o seu direito a ser informadas pelo governo é bastante amplo. As reuniões decorrem à porta fechada, mas são publicadas actas (alguns aspectos podem manter-se confidenciais). Os deputados europeus recebem cópias dos documentos e podem ser convidados a participar nas reuniões da Comissão dos Assuntos Europeus ou das comissões

sectoriais, mas não podem participar nas deliberações com o governo. Todos os anos é realizada uma reunião conjunta específica, mas os contactos mais frequentes ocorrem nos grupos políticos. A Comissão Constitucional informa nomeadamente sobre o trabalho anual relativo aos assuntos europeus e sabe-se que já fez uma advertência a um ministro em determinada ocasião. Não tem havido moções de censura. Aspectos importantes a destacar: o apoio parlamentar reforça a missão do governo que tem assim mais confiança para negociar no Conselho. A participação do parlamento desde o início do processo facilita a adopção das necessárias medidas de execução a nível nacional. Apesar de competir a cada parlamento escolher o mecanismo de controlo que lhe parecer mais adequado, seria útil proceder a uma troca de impressões sobre boas práticas, através da COSAC, por exemplo.

4. Dinamarca (WD a distribuir posteriormente): a Comissão dos Assuntos Europeus não tem estatuto constitucional, mas baseia-se no Acto de Adesão da Dinamarca à União Europeia. Não existe um estatuto definido que regule os procedimentos da Comissão, mas os seus métodos de trabalho e poderes estão definidos em relatórios aprovados pela Comissão e pelo governo. Os ministros têm de ser mandatados pela Comissão dos Assuntos Europeus antes de cada sessão do Conselho (o Presidente conclui que não há maioria contra o mandato proposto pelo governo) e deverão de novo ser ouvidos depois do Conselho. As ONG podem também manifestar a sua opinião por escrito junto da Comissão. No que diz respeito aos contactos entre os deputados nacionais e os deputados europeus, a situação é semelhante à da Finlândia e da Suécia: realizam-se reuniões conjuntas uma ou duas vezes por ano, mas a coordenação efectua-se sobretudo a nível dos partidos políticos. Aspectos importantes a destacar: a participação das comissões especializadas/sectoriais no processo de controlo não é obrigatória, mas estas comissões estão cada vez mais activas e reúnem-se muitas vezes com o ministro da tutela antes de este comparecer perante a Comissão dos Assuntos Europeus. Quanto à informação, cabe aos ministros decidir quais os documentos a que o parlamento deverá ter acesso, mas, na prática, o parlamento recebe toda a documentação. O parlamento pretende estudar a maneira de melhorar o fluxo de informação do ponto de vista qualitativo.

5. França (WD a distribuir posteriormente): o mecanismo de controlo foi criado há dez anos, na sequência de uma alteração à Constituição (a que se seguiu em 1998 uma outra para incluir matérias do âmbito do segundo e terceiro pilares). Todas as propostas de actos da UE são enviadas ao parlamento, havendo um parte constituída por actos que afectam o direito nacional – identificados pelo Conselho de Estado – ("Conseil d'État"), que é enviada mais formalmente ao parlamento. Estes textos são submetidos a um controlo sistemático por parte das delegações da UE da Assembleia Nacional e do Senado e só eles podem dar origem a resoluções. O parlamento pode também solicitar que lhe sejam enviados formalmente outros textos. No Senado (o sistema da Assembleia Nacional é semelhante) os textos menos importantes são postos à consulta através de procedimento escrito, enquanto outros dão origem a relatórios e, se necessário, a resoluções. O parlamento dispõe do prazo de um mês, a contar da data de envio dos textos comunitários, para assinalar ao governo se tenciona tomar posição sobre um determinado texto. No entanto, os ministros podem requerer uma apreciação urgente pelo parlamento, o que acontece frequentemente em domínios não abrangidos pelo prazo de seis semanas previsto no Protocolo relativo ao Papel dos Parlamentos Nacionais do Tratado de Amesterdão. São por vezes efectuadas audições dos deputados europeus, mas a maior parte dos contactos ocorre nos partidos políticos. Não são organizadas reuniões conjuntas anuais. Aspectos importantes a destacar: o sistema de pré-selecção dos textos que exigem uma análise aprofundada tem a vantagem de permitir ao parlamento concentrar-se nos textos mais importantes, que são também debatidos nas comissões permanentes. As dificuldades constatadas prendem-se sobretudo com os prazos: os pedidos de apreciação urgente são frequentes e nem sempre obedecem a critérios objectivos. Além disso, mesmo que o governo se comprometa a não assumir uma posição definitiva no Conselho enquanto o parlamento não se pronunciar, na realidade os textos muitas vezes já foram debatidos nas reuniões dos grupos do Conselho dentro do prazo das seis semanas, sendo portanto difícil voltar atrás.
6. Chama-se a atenção para o WD 19 que descreve o controlo pelo parlamento italiano do processo decisório da UE.

Requisitos ou mecanismos a nível nacional tendo em vista a criação de um sistema nacional de controlo eficaz

7. Durante os debates, o Grupo concluiu que a principal influência dos parlamentos nacionais na União Europeia se concretiza através do controlo que estes exercem sobre os respectivos governos. Afirmou-se também que um controlo nacional forte reforça a posição dos governos no Conselho. O Grupo concordou que compete a cada Estado-Membro decidir, em conformidade com as suas normas constitucionais e práticas parlamentares, de que modo organiza o controlo dos assuntos europeus. Alguns membros do grupo consideraram, porém, de grande utilidade o intercâmbio de experiências e de boas práticas entre os parlamentos.
8. Vários membros salientaram também a importância da participação das comissões permanentes/sectoriais do Parlamento no processo de controlo, através de relatórios/pareceres escritos enviados à Comissão dos Assuntos Europeus, ou mesmo através de audições ou reuniões conjuntas, conforme os casos (foram mencionados a este propósito os relatórios após os Conselho Europeus).
9. Certos membros sublinharam que o calendário e o conteúdo (cobertura) do fluxo de informação para os parlamentos nacionais constituía um aspecto essencial do processo de controlo. Não se trata apenas de receber informação a tempo, mas também de identificar a informação mais importante.
10. Alguns membros salientaram a utilidade de dispor de um representante "no terreno", em Bruxelas, dando apoio ao mecanismo de controlo do parlamento nacional, o que pode contribuir para identificar a tempo propostas e informações importantes. Foi também referida a importância de se dispor de um número adequado de pessoal técnico próprio para dar apoio à Comissão dos Assuntos Europeus (ou equivalente) a nível nacional.
11. Em alguns países, realizam-se reuniões entre a Comissão dos Assuntos Europeus e os deputados europeus uma ou duas vezes por ano. No entanto, alguns membros declararam que nos seus países estes contactos ocorriam de forma eficaz a nível dos partidos políticos.

Eventuais medidas a nível europeu destinadas a fomentar a introdução de melhorias nos sistemas nacionais de controlo:

12. Alguns membros salientaram as dificuldades decorrentes dos pedidos governamentais de apreciação urgente pelo parlamento, especialmente em domínios não abrangidos pelo prazo de seis semanas previsto no Protocolo relativo ao Papel dos Parlamentos Nacionais, e propuseram que se alargasse o âmbito de aplicação do prazo de seis semanas. Certos membros propuseram também que os grupos do Conselho só começassem a analisar os textos no mínimo quatro semanas após a sua recepção.
13. Na parte da manhã da sua reunião de 19 de Setembro, o Grupo continuará a debater as eventuais medidas a nível europeu destinadas a fomentar um processo nacional de controlo eficaz.

Diversos:

14. O Presidente informou que, em 12 de Setembro, I. Mendez de Vigo, Presidente do Grupo de Trabalho I sobre a Subsidiariedade faria uma comunicação oral à Convenção sobre a situação dos trabalhos. O Presidente do Grupo IV teve um encontro com I. Mendez de Vigo a 10 de Setembro e pode afirmar que existe efectivamente uma grande coerência (conforme se pôde constatar também na reunião conjunta dos dois Grupos realizada em 22 de Julho) entre as propostas do Grupo de Trabalho I e as conclusões resultantes dos debates no Grupo de Trabalho IV acerca do papel dos parlamentos nacionais no que se refere ao controlo da subsidiariedade.

Próxima reunião:

15. A próxima reunião terá lugar na quinta-feira, 19 de Setembro, das 11h 00 às 18h 30 (a ordem do dia foi enviada no documento CONV 265/02). Na sessão da manhã continuar-se-ão a debater as eventuais medidas a nível europeu destinadas a fomentar a introdução de melhorias nos sistemas nacionais de controlo. Durante esta sessão, o Comissário Michel Barnier fará uma exposição acerca da implementação do Protocolo relativo ao Papel dos Parlamentos Nacionais, anexo ao Tratado de Amesterdão, na perspectiva da Comissão. A sessão da tarde será consagrada aos mecanismos multilaterais/ interinstitucionais para a participação dos parlamentos nacionais (incluindo o papel, funcionamento e futuro da COSAC e o papel e funcionamento de um Congresso).